



VILAREALSTºANTONIO

Programa de Procedimento

Hasta Pública

Câmara Municipal de Vila Real de
Santo António



VILAREALSTºANTONIO

Em cumprimento dos deveres e competências desta Câmara Municipal, vai proceder-se através de hasta pública, à alienação onerosa do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1994/2010, freguesia de Monte Gordo, concelho de Vila Real de Santo António, o qual consta de terreno destinada à construção urbana, cuja área é de 5.279,70 m², sendo que, o procedimento se rege em todo o seu decurso pelo presente programa e supletivamente pelo Regulamento Municipal de Alienação de Imóveis Municipais e pela lei geral respectivamente.

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, com sede na Praça Marquês de Pombal, 8900 – 231 Vila Real de Santo António, telefone 281 510 000 e endereço de correio eletrónico geral@cm-vrsa.pt.

2. OBJECTO DA HASTA PÚBLICA

O objecto da hasta pública é alienação onerosa do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1994/2010, freguesia de Monte Gordo, concelho de Vila Real de Santo António, confrontando a Norte com Rua de Arzila, a Sul com Avenida Infante D. Henrique, a Nascente com Rua de Azamor e a Poente com Domínio Público Municipal.

3. PROPOSTA

A entrega da proposta escrita é facultativa e não inibe os interessados de intervirem na licitação verbal.

4. FORMA, PRAZO E LOCAL DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 A proposta deve ser feita por escrito, entregue em carta fechada, **dirigida ao presidente da comissão da hasta pública** devendo esta conter no rosto a seguinte inscrição: **Proposta: hasta pública para alienação de prédio em Monte Gordo.**

4.2 A proposta pode ser entregue directamente (por mão própria), na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, na morada indicada no ponto 1, até às 16 horas do dia indicado em edital, ou através dos CTT, sob registo e com aviso de recepção.

4.3 No caso da proposta ser remetida pelo correio, o interessado será o único responsável pelos atrasos que por ventura ocorram, não podendo apresentar qualquer reclamação, caso a entrada dos documentos se tenha verificado após o prazo fixado para a entrega das propostas.

4.4 As propostas que não cumpram os requisitos exigidos serão excluídas do processo de candidaturas da hasta pública.

4.5 A prestação de falsas declarações ou apresentação de falsos documentos, implica a exclusão do processo de candidatura da hasta pública, assim como a anulação da adjudicação e a perda da quantia já entregue, e a sua comunicação ao Ministério Público.

5. NORMAS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 A proposta deve ser elaborada de acordo com a minuta em anexo (anexo I) e datilografada ou manuscrita com letra bem legível e sem palavras riscadas que possam dificultar a apreciação da mesma por parte da comissão e deve ser assinada



VILAREALSTºANTONIO

pelo concorrente ou seus representantes, devendo neste caso juntar-se documento que confira a este último poderes bastantes para o efeito.

5.2 No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida no ponto anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.

5.3 A proposta deve ainda ser acompanhada de cópia dos documentos de identificação do proponente, designadamente, bilhete de identidade ou cartão de cidadão, n.º de identificação fiscal (pessoa singular ou colectiva).

5.4 O valor proposto deve ser superior à base de licitação, deve ser expresso em euros e deve ser indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o valor expresso por extenso;

5.5 Os documentos que constituem a proposta têm que ser redigidos em língua portuguesa, devendo, quando redigidos noutra língua, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada ou em relação à qual declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

5.6 Quando se exigir documento oficial que o concorrente não possa apresentar, por motivo alheio à sua vontade, tem que fazer prova de que aquele foi solicitado em tempo útil junto da entidade competente, para a sua emissão, nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

6. ESCLARECIMENTOS

6.1 Os esclarecimentos necessários à boa e regular interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao presidente da comissão da hasta pública.

6.2 A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento.

6.3 Os esclarecimentos e as retificações referidas nos n.ºs anteriores, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7. PROPOSTAS DIVERGENTES

Não é admitida a apresentação de propostas com condições divergentes das aqui previstas.

8. IMPEDIMENTOS

8.1 Não poderão concorrer à compra do prédio, objecto da presente hasta pública, os concorrentes que, embora satisfazendo os requisitos exigidos, tenham em atraso à data da hasta pública, a liquidação de valores à Câmara Municipal.

8.2 No acto de adjudicação provisória poderá ser pedido ao adjudicatário que faça prova dos requisitos exigidos no ponto anterior.



VILAREALSTºANTONIO

9. LOCAL DATA E HORA DA PRAÇA

9.1 A Praça é pública e terá lugar no edifício da Câmara Municipal, no dia (...) de (...) de 2016, pelas 10h:30m.

9.2 Só poderão intervir no acto público os concorrentes ou seus representantes, devendo os mesmos apresentarem documento comprovativo de concessão de poderes para arrematação e Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão. No caso de intervenção dos representantes de empresas, deverão exhibir os respetivos Bilhetes de Identidade/Cartão de Cidadão e uma credencial emitida pela empresa, da qual conste a identificação do representante e o respetivo Pacto Social da Sociedade.

9.3 No caso de não haver propostas a praça inicia-se com o valor base de licitação anunciada em edital no dia (...).

9.4 O valor mínimo dos lances é € 1.000, 00 (mil euros).

9.5 O acto de licitação termina quando o presidente da comissão, ou o representante por ele nomeado, tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

10. ADJUDICAÇÃO

10.1 Terminados os procedimentos previstos no ponto anterior o imóvel é adjudicado provisoriamente, pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá, sem prejuízo do disposto no ponto 12., de imediato, proceder ao pagamento de 25% do valor da adjudicação, devendo os restantes 75% ser liquidados no acto da escritura de compra e venda.

10.2 No final da praça será elaborado o respectivo auto de arrematação, que terá que ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório, se estiver presente.

10.3 A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo ser notificado o adjudicatário, por carta registada, com aviso de recepção, no prazo máximo de trinta dias úteis a contar da adjudicação provisória.

10.4 O auto de arrematação conjuntamente com o documento de adjudicação definitiva do imóvel constituem título bastante para se efectuar o registo da adjudicação a favor do adjudicatário.

11. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

11.1 Não pode haver lugar a adjudicação provisória ou definitiva sempre que haja fundados indícios de conluio entre os proponentes ou outra qualquer causa que o júri considere justificativa;

11.2 Não pode ainda haver lugar a adjudicação sempre que o adjudicatário provisório se recuse a apresentar os documentos que eventualmente sejam solicitados pelo júri, nomeadamente, os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o estado português em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva regularizada perante o estado português em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social.

12. PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES

12.1 Os concorrentes poderão optar pelo pagamento em prestações, desde que façam acompanhar a proposta apresentada ao abrigo do ponto 4 de um plano de pagamentos, e respeitando sempre as seguintes condições:

- a) Valor mínimo da primeira prestação a pagar na adjudicação provisória: 50%
- b) Celebração de contrato-promessa com inclusão obrigatória do plano de pagamentos.
- c) Celebração de escritura de compra e venda no dia seguinte ao pagamento da última prestação.
- d) Período máximo de duração do plano de pagamentos: 12 meses

12.2 A modalidade do pagamento em prestações inclui juros sobre o capital em dívida de acordo com as taxas em vigor para o diferimento de pagamentos de dívidas ao Estado.

12.3 A licença de construção a emitir para qualquer construção a erigir no prédio em causa só poderá ser emitida após a celebração da escritura de compra e venda do mesmo.

13. OUTRAS CONDIÇÕES RELEVANTES

13.1 O adquirente do imóvel objeto da presente hasta pública terá a obrigação de apresentar na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António um projeto de embelezamento e requalificação do terreno correspondente ao prédio urbano descrito sob o número 1395, contendo este projeto a construção de um parque de repouso ou recreio.

13.2 Após aprovação do projeto referido no número anterior, o adquirente terá que proceder à obra correspondente ao projeto aprovado, não podendo o termo desta obra exceder o termo da obra a desenvolver no prédio urbano objeto da presente hasta pública.

Vila Real de Santo António, __ de _____ de 2016

ANEXO I
MINUTA DA PROPOSTA

Nome (pessoa singular ou colectiva):

Morada ou Sede:

Número de Telefone/Telemóvel:

Número de Identificação Fiscal:

Número de Bilhete de Identidade ou de Matricula de Sociedade:

Após ter tomado conhecimento do objecto da hasta pública, vem apresentar proposta no seguintes termos:

Pela compra do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1994/2010, freguesia de Monte Gordo, concelho de Vila Real de Santo António, oferece o montante de euros _____(por extenso)

Compromete-se, ainda, a executar tudo o que constar nas condições de candidatura, as quais foram previamente consultadas e subscreve.

Data: ____/____/____

Assinatura:

(Conforme Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão)